POLÍTICAS PÚBLICAS E GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO VALE DO AÇU-RN

Gleydson Pinheiro ALBANO[1]

Alcindo José de SÁ[2]

RESUMO

Este artigo teve como objetivo resgatar o processo histórico de implementação das políticas públicas voltadas para a inserção de uma região semi-árida - o Vale do Açu-RN- na globalização da agricultura através da fruticultura irrigada. Para isso se fez necessário fazer um resgate histórico dessas políticas implementadas no Vale do Açu desde a década de 1950 até os dias atuais levando em conta a inserção da região no comercio global de frutas através principalmente da logística, infra-estrutura e garantia hídrica. O referencial que foi utilizado se baseou principalmente na literatura acerca das políticas públicas a nível local, regional e nacional. A pesquisa foi realizada com base em fontes documentais, livros, periódicos e entrevistas. Realizou-se um levantamento na internet sobre as principais políticas implementadas e em curso pelo Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentre outros órgãos públicos. Paralelo a isso se orquestrou uma pesquisa de cartório e entrevistas no Vale do Açu.

Palavras-chave: Vale do Açu; políticas públicas; multinacionais; globalização da agricultura

ABSTRACT

This article has the aim of rescuing the implementation of the historical process in public politics directed through the insertion of the half-barren region located in Açu's Valley in the state of Rio Grande do Norte within globalization of agriculture through the irrigated fruit culture. For this basis, it's considered necessary to make a historical research of the implemented public politics in Açu's Valley since the appearance of incipient politics from the fifties up to nowadays, requiring in order to discover when the global market of fruits politics had made their insertion in this region, and it was conquered mainly by: logistics, infrastructure and hidrical guarantees. The referential used is based on literature concerning the public politics on the local, regional and national level. The research was based on documentary sources, books, journals and interviews. A survey, on the Internet, about implemented and ongoing public politics of the Ministry of the National Integration, Agrarian Ministry and Economics Ministry, amongst others public agencies were also made. At the same time, a research on notary's office and interviews in Açu's Valley were made as well.

Key words: Açu's Valley; public politics; multinationals; globalization of agriculture

[1] Doutorando do PPGEO da UFPE. E-mail: gleydson_albano@hotmail.com

[2] Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o caráter de resgatar o processo histórico de implementação das políticas públicas voltadas para a inserção de uma região semi-árida - o Vale do Açu-RN- na globalização da agricultura através da fruticultura irrigada.

Para isso se fez necessário fazer um resgate histórico das políticas públicas implementadas no Vale do Açu visando o desenvolvimento da fruticultura irrigada e sua inserção no comercio global.

O resgate se inicia com as primeiras e incipientes políticas na década de 1950 se fazendo as primeiras intervenções públicas no Vale no sentido de inserir a fruticultura irrigada para um mercado local e regional, passando posteriormente pela articulação do Projeto Baixo Açu no início dos 1980 com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a posterior inserção do Vale do comércio global de frutas. Por fim, se chega à década de 1990, com inserção da multinacional de frutas *Del Monte Fresh Produce* no Vale do Açu e com a emergência de políticas públicas de suporte aos interesses da multinacional, tanto durante os anos 1990 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quanto nos dias atuais com o governo Luis Inácio Lula da Silva. Vale salientar, entretanto, que durante o governo Lula se nota uma política um pouco diferente, com iniciativas que privilegiam tanto os interesses da multinacional, quanto os pequenos agricultores familiares do Vale.

2. VALE DO AÇU

O Vale do Açu faz parte do estado do Rio Grande do Norte. É uma microrregião constituída de nove municípios (ver Fig. 1), que ficam na região da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu. Com cerca de 44.000 km², essa Bacia nasce em terras do estado da Paraíba, no município de Bonito de Santa Fé, e se estende até encontrar-se com águas oceânicas do delta da cidade salineira de Macau, no Rio Grande do Norte. Esse rio tem extrema importância para o Rio Grande do Norte por ser ele o maior em volume de água e também por ter o papel principal no abastecimento de água das principais adutoras do interior (SILVA, 1992; FERNANDES, 1992).

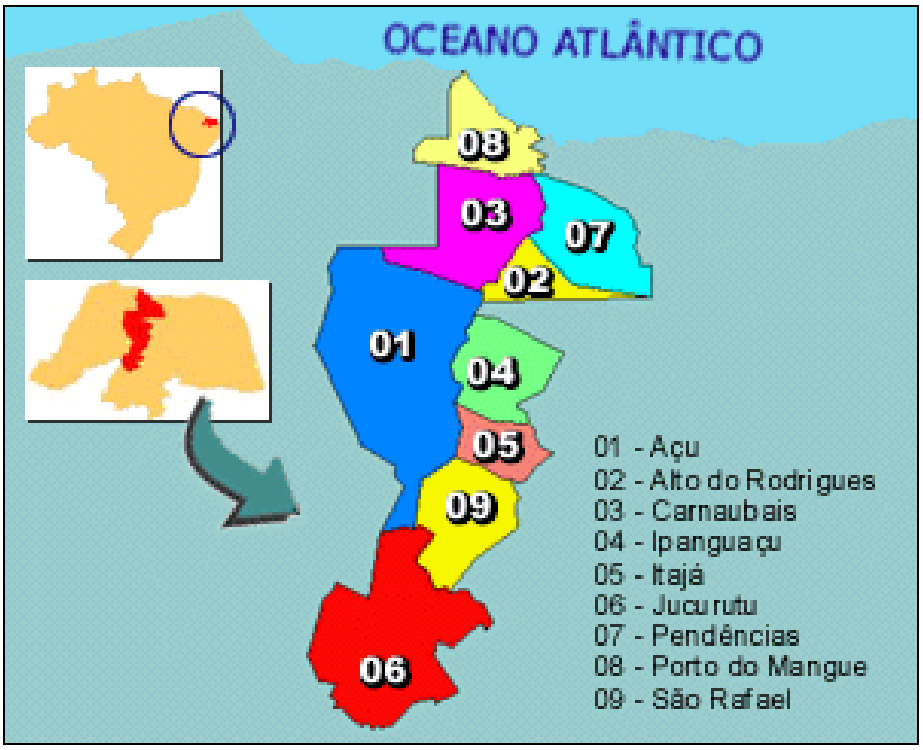

Figura 1. Microrregião do Vale do Açu-RN. Fonte: Webcarta.net. (2007).

A região do Vale do Piranhas-Açu é composta de 28 municípios, na Paraíba, onde o rio nasce, e de 9 municípios, no Rio Grande do Norte, sendo que "Ao penetrar no Rio Grande do Norte passa a ser chamado de Vale do Açu, numa clara alusão às extensas e férteis várzeas desse rio nos municípios de Açu e Ipanguaçu." (SILVA, 1992, p.13).

Devido à fertilidade das suas várzeas, principalmente na região onde se localizam os municípios de Açu e Ipanguaçu (Baixo Açu), essa área, desde o início da colonização, foi cobiçada para projetos agropecuários e extrativos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO AÇU (1950 A 1990)

O processo de evolução da irrigação e de políticas públicas para a fruticultura no Baixo-Açu é estruturado por Silva (1992), que o faz identificando três períodos: o que *antecede a 1969*, o compreendido entre *1969 a 1979* e o período *pós-1979*.

- *Antes de 1969*

Com relação à irrigação, Silva (1992, p.16-17) observa que:

> ... esse período é caracterizado pelo desenvolvimento de práticas de irrigação bastante rudimentares evoluindo de simples cultivos inundados nas várzeas até a prática de aguação em terrenos mais

> elevados. São áreas de vazantes onde se plantavam o feijão, a batata-doce e o capim para a alimentação do pequeno criatório. Registra-se também, nos limites desse período, o uso de moto-bombas para fins de irrigação, porém em escala bastante reduzida.

Indo na mesma direção, Andrade (1998) afirma que foi no Governo de Juscelino Kubitscheck que se passou a financiar os proprietários que quisessem adquirir moto-bombas. As mesmas foram adquiridas por muitos pequenos proprietários do Vale do Açu para irrigar as várzeas. Depois, por falta de conservação desse equipamento (a substituição de peças era difícil e a assistência técnica praticamente não existia), o surto agrícola amainou.

Já Valverde & Mesquita (1961, p.21), se referindo provavelmente ao mesmo período de Juscelino Kubitscheck, afirmam que a o ramo de atividade da fruticultura

> ...tomou notável incremento a partir do início dos trabalhos do **Plano de Valorização do Vale do Açu**, depois de 1955. Este serviço distribuiu 81 motobombas, até o ano de 1959, que foram alugadas por ano, além de 22 vendidas. Distribuiu também 1800 metros de cano de duralumínio e deu auxílio para a construção de 41 cacimbões, 45 tanques e cruzetas e 1100 metros de canais de alvenaria. Com esses apetrechos e instalações foram irrigados 800 hectares, que incluem praticamente a totalidade dos pomares. (Negrito dos autores).

Os mesmos notam já naquela época que a única fruta que é cultivada em culturas homogêneas, além do pomar caseiro, é a banana, que naquele momento era vendida regionalmente para os municípios de Açu, São Rafael, Mossoró, Areia Branca, Pendências, Angicos e Macau.

- *Período 1969-1979*

Quanto ao período compreendido entre *1969-1979*, "registra-se a combinação da exploração dos carnaubais com a agricultura irrigada de algodão herbáceo (em áreas nunca superiores a 15 ha), bananeiras e capineiras, também em pequenas áreas, menores que 5 ha)" (SILVA, 1992, p.17).

Nesse período, inaugura-se o processo de modernização da agricultura da várzea com a entrada da Empresa Agropecuária 'Knoll' (1971), que utiliza a irrigação com fins exclusivamente comerciais. Com a chegada dessa Empresa, incrementa-se a difusão de práticas irrigadas no Vale do Açu.

- Período *Pós-1979 – "Projeto Baixo-Açu"*

A construção da Barragem de Açu, através do Projeto Baixo-Açu, vai se dar em um contexto de políticas públicas que são direcionadas para viabilizar a *Revolução Verde*, a Modernização da Agricultura no Nordeste.

Essa Revolução consiste num grande crescimento de produtividade e de quantidade na agricultura por meio do uso de tecnologias, como os tratores agrícolas, técnicas de irrigação, defensivos químicos, variedades de sementes, aviação agrícola, computadores, novos métodos de gestão, etc. De um lado da produção, vai se ter a *Indústria Produtora de Insumos* com fertilizantes, defensivos e corretivos, e do outro, vai se ter a *Indústria de Bens de Capital*, com tratores, colheitadeiras e equipamentos de irrigação.

Essa chamada industrialização da Agricultura vai ser dirigida por grandes Empresas Multinacionais com o apoio de organizações supranacionais como o Banco Mundial, que vai ajudar na implementação dessa Revolução, a qual vai ser altamente danosa para os pequenos produtores, uma vez que vai aumentar a dependência destes com relação às grandes empresas fornecedoras de insumos (SHIVA, 2003).

No Brasil, na década de 1970, o Governo Autoritário vai implementar através de um conjunto de políticas públicas um programa de modernização do campo que está de acordo com os dizeres da Revolução Verde. No início da década de 1970, esse Governo já implementa o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que tem como programas principais: o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) e de estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste que visava, entre outras coisas, à expansão da agroindústria e à da exportação, e o Programa de Integração Nacional (PIN), que continha, entre suas principais linhas de ação, um plano de irrigação no Nordeste, destinado ao aproveitamento dos vales úmidos e à elevação da produtividade na faixa semi-árida, assim como à implantação de corredores de exportação no Nordeste (SOUZA, 1997).

Vai ser principalmente através do PIN que o Estado induzirá um processo de modernização agrícola no Nordeste. No II PND, na segunda metade da década de 1970, vai ser financiado pelo PIN o *I Plano Plurianual de Irrigação*, em 1978 (VALENCIO, 1995).

Esse Plano possibilitou a generalização de empreendimentos privados de irrigação, através da facilitação do acesso à água, empreendimentos esses que usavam técnicas modernas. O Estado Autoritário também estava sedento de divisas para pagar a

dívida com o FMI, por isso incentivou a agroexportação em bases modernas, investindo em fixos que dessem uma infra-estrutura para essa nova agricultura (VALENCIO, 1995).

O Programa Plurianual de Irrigação incluiu 36 Projetos do DNOCS localizados no Polígono das Secas, havendo prioridade de verbas para os Projetos situados nos Vales Úmidos, a saber: Gurgéia e Parnaíba, no Piauí; Acaraú e Jaguaribe, no Ceará; Itapicuru e rio das Contas, na Bahia e Açu e Apodi, no Rio Grande do Norte. Foi nesse contexto do Programa citado que foi construída a Barragem "Armando Ribeiro Gonçalves" que iria servir de suporte para a entrada do Vale do Açu na Revolução Verde, na Modernização da Agricultura, e, conseqüentemente, em uma agricultura de mercado com bases empresariais.

Segundo Fernandes (1992), o DNOCS, no I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, em janeiro de 1977, passava as seguintes informações sobre o Projeto Baixo-Açu: para a Bacia de Irrigação, a proposta inicial era a de assentamento de 2.812 famílias, sendo que, na primeira fase do Projeto, seriam irrigados 7.000 ha na margem direita do rio Açu; na segunda fase, seriam irrigados, no prazo de quatro anos, 8.000 ha na margem esquerda do rio no trecho Açu-Pendências; e na terceira fase, no prazo de seis anos, seriam irrigados mais 7.000 ha na região do Tabuleiro. O Projeto de Irrigação iria beneficiar mais de 3500 colonos, que estariam cultivando suas terras com uma moderna tecnologia, dentro de mais seis a oito anos, tempo necessário para a total implantação do Projeto. O colono desapropriado teria vantagem na seleção para colono do perímetro irrigado, a ser feita por técnicos do DNOCS. Os órgãos financiadores seriam os Bancos do Brasil e do Nordeste.

O referido Projeto também tinha o objetivo de implantar na região do Baixo-Açu uma agricultura de mercado, em bases empresariais e com razoável nível de produtividade.

Em meados de 1970, iniciou-se o processo de desapropriação executado pelo DNOCS de 3.955 famílias, sendo 1.262 na região do Projeto de Irrigação, e 2.693 na Bacia Hidráulica, chegando a um total de 20.250 pessoas (VALENCIO, 1995).

Paralelo a esse processo, o Governo suspende o financiamento da produção agrícola, feito pelas agências do Banco do Brasil na região do Baixo-Açu, ordenando também o bloqueio do cartório para a alienação de imóveis.

A suspensão de financiamentos desde 1975 pelo Banco do Brasil, para investimentos na área desapropriada, vai acarretar desvalorização da área e redução dos

valores das indenizações a serem pagas. O bloqueio do cartório para a alienação de imóveis poderia ser de grande valia para a proposta de distribuição de terras, como poderia servir, como hoje se constata, para uma posterior concentração de terras em áreas beneficiadas com os recursos do Setor Público (FERNANDES, 1992).

Com esses atos e desapropriações, o Governo estava formando assim uma nova conformação da estrutura fundiária dos municípios atingidos, principalmente Açu e Ipanguaçu. Mas vai ser com a presença de agentes do grande capital, comprando terras, que se vai possibilitar o estabelecimento de um mercado de terras, cuja dinâmica jamais tinha sido imaginada na região.

Com a implantação do Projeto e a construção da Barragem "Armando Ribeiro", registra-se um descumprimento geral do objetivo de implantar um perímetro irrigado para os desapropriados e para os agricultores da região. O que se vê é um atraso de mais de dez anos para a implantação do primeiro perímetro irrigado, em 1992, com apenas pouco mais de 5000 ha.

Na verdade, o Estado só colocou em prática a 1ª Fase do Projeto Baixo-Açu, que foi a construção da Barragem "Armando Ribeiro Gonçalves", iniciada em 1979 e concluída em maio de 1983. As duas outras Fases foram "esquecidas".

A 2ª Fase, com o assentamento da população a montante da Barragem e o Pólo de Piscicultura, foi esquecida, sendo que boa parte da população desapropriada ficou em casas de madeira em situação desfavorável, em assentamentos, sem água, banheiro e com terra infértil.

A 3ª Fase, com o Projeto de Irrigação a jusante da Barragem - projeto que, segundo a propaganda do próprio órgão, viria a beneficiar mais de 3500 colonos diretamente com um perímetro irrigado que chegaria a mais de 20.000 ha - foi esquecida. Não sendo concretizadas as desapropriações da área do perímetro irrigado e não se fazendo perímetro irrigado nenhum, desencadeou-se uma correria de grupos empresariais nacionais atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação na região de Ipanguaçu e Açu.

O que na verdade o Projeto Baixo-Açu propunha, e conseguiu realizar,foi

> ... a reversão do padrão de utilização dos solos do Vale, o que compreenderia a eliminação de grande parcela da atividade econômica preexistente, como a agricultura de subsistência e a mineração, tidas como obstáculos a ser transpostos já desde a construção da barragem [...] (VALENCIO, 1995, p.66).

Com a Barragem, a mineração que existia no município de São Rafael, o maior prejudicado, com mais de 20.000 ha desapropriados, foi literalmente por água abaixo, com o quase desaparecimento dessa atividade.

A agricultura de subsistência também diminuiu muito com a Barragem e depois dela, com as compras de terras pelas grandes empresas rurais interessadas em produzir monoculturas para exportação ou para o mercado interno.

Logo depois da inauguração da Barragem, em 20 de maio de 1983, tem-se o início da vinda dos grandes grupos para a região do Vale do Açu, enquanto o Governo se 'esquece' dos projetos de assentamentos dos colonos.

Com isso, uma nova estrutura fundiária de caráter empresarial começa a se desenvolver. Conforme pesquisa executada por Albano (2008) no município de Ipanguaçu (um dos mais dinâmicos do Baixo Açu), a partir de 1982, já perto do final da construção dessa Barragem, já começa a se intensificar o processo de compra e venda envolvendo as pessoas jurídicas, na sua imensa maioria, empresas agrícolas. Mas, é a partir de 1986 que vai se consolidar o movimento empresarial em direção a Ipanguaçu. Movimento este que tem como seu ápice, justamente o ano de 1986, quando são negociados mais de 2.000 ha de terra com a participação de pessoas jurídicas, na sua maior parte empresas rurais, intensificando-se até 1989. A partir de 1990, porém, o movimento de transações de compra e venda tem uma queda significativa (Fig. 1).

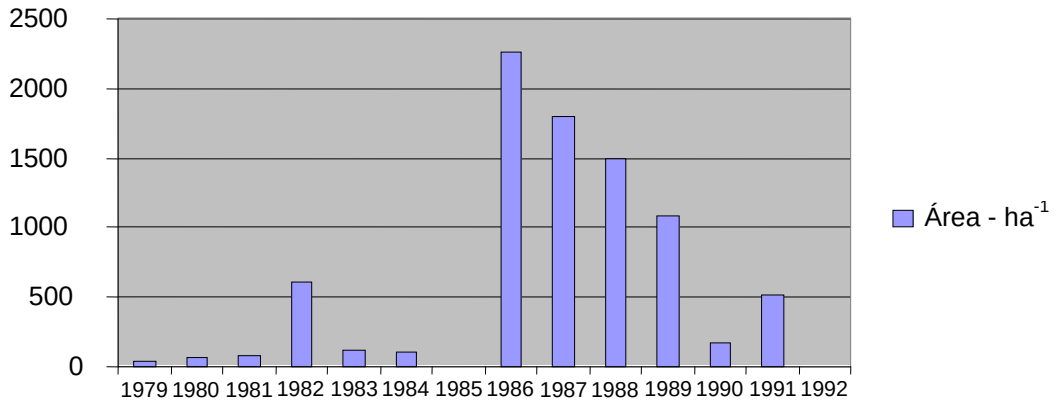

Figura 1. Compra e Venda de Terras por Pessoa Jurídica em Ipanguaçu (1979 a 1992). Fonte: Cartório Único de Ipanguaçu (Dados Brutos).

Esse caráter empresarial fica muito claro no crescimento da área de irrigação de médias e grandes empresas agrícolas nos principais municípios do Vale do Açu, constatado pelo trabalho de Pinheiro (1995) em 1990. Segundo Pinheiro, que articulou uma pesquisa de campo nos mais importantes municípios do Vale do Açu – Baixo Açu e constatou mudanças com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Mudanças tanto no eixo produtivo que passou do extrativismo da cera de carnaúba, pecuária e cotonicultura para principalmente a fruticultura irrigada, como mudanças no mercado de terras, com a chegada de grandes grupos empresariais regionais e nacionais para produzir no Vale (Tab. 1).

Tabela 1. Área em ha irrigados na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas Açu por empresa instalada, considerando-se sua localização e tipo de cultura, no ano de 1990. Fonte: Pinheiro (1995).

Município	**Empresa Agrícola**	**Ha Irrigados**	**Culturas**
Açu/Ipanguaçu e Carnaubais	FRUNORTE	781	Melão, Manga, Grapefruit, Uva e Acerola
Açu	AGROKNOLL Ltda.	200	Melão, Banana, Uva, Manga, Tomate, Cebola
Açu	SÃO GUILHERME	74	Algodão, Milho e Feijão
Açu	TROPIK Ltda.	49	Melão
Açu	LEÔNIDAS JÚNIOR	28	Melão
Ipanguaçu	FINOBRASA	1.600	Algodão, Milho e Manga
Ipanguaçu	TAISA	400	Algodão e Milho
Ipanguaçu	AGROVALE	180	Manga, Laranja e Mamão
Ipanguaçu	VENEZA	56	Manga, Feijão e Melão
Ipanguaçu	SERIDÓ Ltda.	38	Algodão e Manga
Ipanguaçu	NASA	31	Melão
Carnaubais	FAZENDA MUTAMBA	14	Algodão
TOTAL	**-**	**3.451**	**-**

Ainda segundo Pinheiro (1995), essas empresas, além de possuírem uma grande área irrigada, ainda compraram muitas terras, tanto em área de várzea, como em tabuleiro para em um futuro servir de reserva e também aplicar na agricultura irrigada, dependendo da variação dos preços das frutas (Tab. 2).

Tabela 2. Áreas em ha das principais empresas agrícolas considerada em seu total, em hectares irrigados – 1990. Fonte: Pinheiro (1995).

Empresas	**Atual Área Irrigada**	**Área Total**
FRUNORTE	781	10.920
AGROKNOLL	200	200
SÃO GUILHERME	74	194
TROPIK LTDA	49	49
FINOBRASA	1.600	2.900
TAISA	400	800
TOTAL	**3.104**	**15.063**

Com a chegada dessas empresas e sua compra agressiva de terras, se nota uma marginalização e uma diminuição significativa da pequena agricultura. Na Tabela 3, se pode observar isso claramente, devido ao número inexpressivo de projetos de agricultura irrigada propostos a EMATER (PINHEIRO, 1995).

Tabela 3. Projetos de agricultura irrigada implementados a partir de 1987 até 1990, no vale do açu, para pequenos irrigantes – EMATER. Fonte: Pinheiro (1995).

Programas Municípios	**Pivot Central Produtores Área Atendidos (Ha)**		**Kit´S De Irrigação Produtores Área Atendidos (Ha)**		**Proine/ Provarzeas Produtores Área Atendidos (Ha)**		**Total Produtores Área Atendidos (Ha)**	
AÇÚ	-	-	86	303,1	34	94,0	120	397,11
ALTO DO RODRIGUES	-	-	18	49,32	14	31,0	32	80,32
CARNAUBAIS	01	27,20	38	123,8	12	63,0	51	214,0
IPANGUAÇU	-	-	21	105,3	02	8,0	23	113,36
PENDÊNCIAS	-	-	08	42,72	01	13,0	9	55,72
TOTAL	01	27,20	171	624,31	63	209,0	235	860,51

Salientando que a pequena produção teve nessa época à sua disposição um leque de programas federais, como: o Programa da Irrigação do Nordeste (PROINE), segmento regional do Programa Nacional de Irrigação (PRONI), lançado pelo governo Sarney, o Programa de Aproveitamento de Várzeas (PROVARZEAS) ou o Programa de Distribuição de Kits de Irrigação e Pivot Central, sucedâneos do POLONORDESTE.

Vale lembrar dos interesses privados envolvidos nesses programas que distribuem equipamentos produzidos pela indústria do Centro-Sul do país (PINHEIRO, 1995).

4. GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO AÇU-RN (PÓS-1990)

O ano de 1993 foi o ano do estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o ano em que foram concluídas as negociações da Rodada Uruguai, que incluía a Agricultura nas suas negociações e que previa uma grande liberalização do comércio agrícola a partir daquele ano nos países associados da OMC, inclusive o Brasil. Além disso, é nesse ano que se tem o início da compra de terras em Ipanguaçu por uma empresa associada à Multinacional *Del Monte Fresh Produce*. Posteriormente ela se insere no município de Açu e Carnaubais, ambos no Vale do Açu.

Esses acordos internacionais no âmbito da OMC e as pressões do Banco Mundial e do FMI, segundo Castells (2002), vão impor ao Brasil um processo de globalização que vai privilegiar as exportações e as corporações multinacionais. Um exemplo disso é que, nos últimos vinte anos, houve um maciço crescimento do comércio de frutas, hortaliças e até de flores da América Latina para os Estados Unidos, devido à agricultura não tradicional ser mais lucrativa. Porém, a situação é controlada por grandes proprietários de terras, ricos investidores e companhias estrangeiras. Segundo Madeley (2003, p.14),

> ... a globalização econômica e a liberalização do comércio concentraram o poder nas entidades de grande porte que conhecemos como conglomerados transnacionais. Pequenos agricultores não conseguem competir na economia global e são expulsos de suas terras, deixando as portas escancaradas para os conglomerados.

Esse processo atualmente acontece no Brasil, nas áreas de produção para a exportação, como na região do cinturão da soja, Centro-Oeste e nas áreas de fruticultura irrigada nos vales férteis do Nordeste, como o Vale do Açu.

Com a chegada da Multinacional *Del Monte Fresh Produce* no Vale do Açu, observamos que esta mantém uma relação diferenciada com o lugar em relação às outras empresas de capital nacional que chegaram lá na década de 1980.

Observamos, com base na Tabela 4, que pouco essa Empresa se relaciona com o lugar. O capital da Multinacional é global e financeiro, não depende da conjuntura local nem da política de crédito do Governo para a Agricultura.

Tabela 4. A relação entre fatores de produção e aquisição dos insumos das empresas com os lugares de compra. Fonte: Quadro elaborado pelo autor baseado em Carvalho (2001).

Elementos da Cadeia	***Del Monte Fresh Produce***	**Empresas Locais**
1. Fatores de Produção		
Capital	Global e Financeiro	Local e Empréstimo
Trabalho	Global e Local	Local
Terra	Local	Local
Integração	Não Faz	Difundida
2. Insumos e serviços		
Sementes/mudas	Israel	Chile, EUA
Adubos/fertilizantes	Centro-Sul	Centro-Sul
Equip. de Irrigação	Israel e Costa Rica	Local
Assistência Técnica	Local (própria)	Local (própria e parcerias)
Defensivos	Estados Unidos	Local
Mat. De Embalagem	Estados Unidos	Centro-Sul
Mat. De Segurança	Centro-Sul	Local
P & D	Israel e América Central	Local

Com relação ao emprego de insumos e serviços, notamos que a Multinacional se utiliza o mínimo possível do local, diferentemente das empresas locais, que dependem quase sempre de insumos e serviços da região do Vale do Açu. As sementes e mudas da Multinacional vêm de Israel e os adubos e os fertilizantes, do centro-sul do País, tal como se dá com as empresas locais.

Mas com relação ao emprego de equipamentos de irrigação, defensivos, material de embalagem, material de segurança, P&D, notamos que há uma grande diferença entre a Multinacional e as empresas locais.

Os equipamentos de irrigação, defensivos, material de embalagem e P &D da Multinacional vêm de fora do País, principalmente dos Estados Unidos e de Israel, e que, quando chegam no nosso País, oneram a balança comercial com as importações, além de desprezar a dinâmica local como fornecedora desses insumos, desvalorizando o local. Até o material de segurança vem do centro-sul do País desvalorizando o que é fornecido no local, ao contrário das empresas locais, que em boa parte dos insumos mencionados acima se utilizam do que é oferecido internamente.

A Empresa só se utiliza verdadeiramente de duas coisas em âmbito local: das terras, para sua produção, e de parte da mão-de-obra, uma vez que algumas contratações são feitas no centro-sul do País e outras são de quadros gerenciais de fora do País.

A *Del Monte Fresh Produce* resolve escolher o Vale do Açu atraída tanto pela rentabilidade que passaria a auferir quanto por uma série de vantagens locacionais que esse lugar oferece para a Empresa, que passaremos a detalhar a seguir:

- *Infra-Estrutura Hídrica* – Com a construção da Barragem de Açu;

- *Infra-Estrutura Logística* – Ipanguaçu se localiza em uma região de fácil acesso aos portos de Natal-RN e Fortaleza-CE, economizando, assim, o frete marítimo;

- *Alta Produtividade do Semi-Árido* – As condições naturais de alta fertilidade dos solos de várzeas, mais o alto índice de insolação da região fazem com que nesse lugar se tenha um alto grau de produtividade;

- *Fuga do Fungo "sigatoka negra"* - Esse fungo já atinge as plantações da Multinacional na América Central (Costa Rica, Panamá e Guatemala), proporcionando um aumento de gasto com tratamentos à base de defensivos agrícolas e perdas de produtividade e rendimentos;

- *Alto Custo da Mão-de-obra Caribenha* – Ao lado do alto índice de empregados no Setor de banana, no Istmo Americano, principalmente nos países em que a *Del Monte Fresh Produce* tem suas fazendas – Costa Rica, Guatemala e Panamá -, existe também um alto índice de sindicalização e sindicatos fortes que possuem muito poder de barganha e elevam o custo da mão-de-obra na região;

Incentivos Fiscais – A Multinacional se beneficia no Rio Grande do Norte de isenções fiscais, devido o Estado ter colocado em Decreto nº 13.640 de 13 de novembro de 1997 a isenção de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a banana (CARVALHO, 2001).

- *Políticas Públicas recentes no contexto da Globalização da Agricultura*

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (que trouxe a estabilidade econômica com o Plano Real) se tem a retomada do planejamento governamental com o primeiro Plano Plurianual de fato, o PPA 1996-1999. Esse plano introduziu novos conceitos no planejamento federal, foram eles: "os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referencia espacial do desenvolvimento, e os projetos estruturantes, essenciais para as transformações desejadas no ambiente econômico e

social" (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008, p.2).

Nesse contexto se agrega ao Plano Plurianual o Programa "Brasil em Ação", que foi responsável pelo gerenciamento de empreendimentos estratégicos. Esse programa visava articular o Brasil através 42 empreendimentos estratégicos nas áreas de infra-estrutura econômica e desenvolvimento social. Essa articulação a partir dos **Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento** se fazia baseado na constatação da importância da logística nas trocas de mercadorias entre as distintas regiões do mundo e na identificação da necessidade do Brasil em implantar uma rede de ligações intermodais para articular regiões brasileiras com regiões de outros países. A partir dessa constatação se elaborou uma logística de transporte para reduzir os custos de produção e comercialização e complementar a infra-estrutura do Brasil, preparando assim o país para atrair novos investimentos e se inserir em condições competitivas no mercado global, além de reduzir as desigualdades regionais e sociais do país. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008).

Em 1996, surgiu o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste, dentro do "Brasil em Ação[3]". Esse Programa pretendia implantar um novo modelo de irrigação, dentro da filosofia do Banco Mundial. Segundo Souza (1997, p. 511),

> Tais diretrizes enfatizam as ações privadas na irrigação, passando o Estado a agente indutor e apoiador em vez de executor, ao mesmo tempo em que prioriza regionalmente o Nordeste semi-árido como área principal de convergência de irrigação e a fruticultura como atividade econômica de maior potencial sócio-econômico e de competitividade.

Também dentro do "Brasil em Ação" surge em 1998 o programa "Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste" que vinha a incentivar as chamadas "manchas de modernidade", (áreas dinâmicas do Nordeste que se relacionam muito mais com o mercado internacional que com suas áreas vizinhas no interior do Nordeste), deixando

[3] O Programa "Brasil em Ação" elaborado pelo Governo Fernando Henrique em 1996 tinha como meta o chamado desenvolvimento integrado do País, para poder ter maior competitividade a nível internacional. Os projetos do programa eram selecionados por sua capacidade de reduzir custos de produção e comercialização, completar elos de infra-estrutura para melhorar as condições de competitividade da economia. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008).

de lado as desigualdades regionais e as áreas mais pobres (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008; CARVALHO, 2001).

Apesar do Documento Básico do programa pregar "um mecanismo de Gestão Integrada de Políticas Públicas em Apoio ao Desenvolvimento Local, integrando as diversas dimensões do desenvolvimento..." (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, p.3, 2008a) e relacionando a visão estratégica nacional à participação local no âmbito das comunidades. Esse desenvolvimento local na maioria das vezes não aconteceu, já que a maioria dos pólos escolhidos para fazer parte do programa são voltados para o circuito internacional e se relacionam mais os mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos do que com suas cidades vizinhas.

Foram escolhidos como pólos de desenvolvimento integrado inicialmente 10 pólos agroindustriais na Região Nordeste do Brasil, numero que depois aumentou para 13, a saber (Fig. 2): Norte de Minas Gerais; Petrolina(PE)/Juazeiro(BA); Assú(RN)/Mossoró(RN); Vale do Jaguaribe(CE); Alto Piranhas(PB); Oeste Baiano; Sul do Maranhão; Uruçuí-Gurguéia(PI); Bacia Leiteira de Alagoas; Sul de Sergipe; Juazeiro(BA); Cariri Cearense; Noroeste do Espírito Santo.

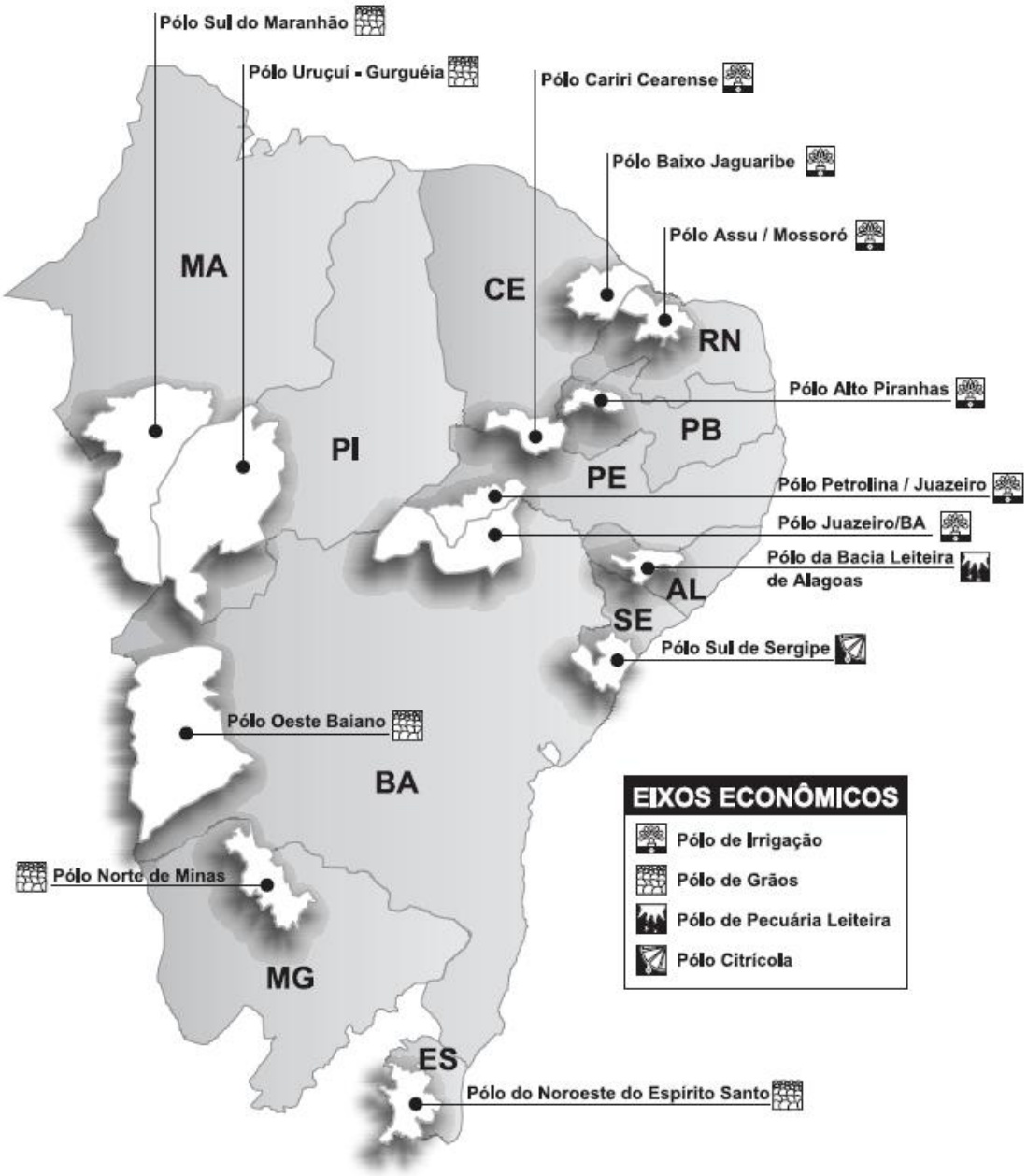

Figura 2. Distribuição Espacial dos 13 Pólos de Desenvolvimento Integrado. Fonte: BNB (2008a).

Com a articulação logística dos "**Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**" e dos "**Pólos de Desenvolvimento Integrado**" (Fig. 1) no Governo Fernando Henrique Cardoso, o capital multinacional se beneficia com a modernização da logística de transportes e a modernização da gestão de recursos hídricos ao mesmo tempo em que ignora o caráter endógeno dos Pólos de Desenvolvimento Integrado. Já que a multinacional está voltada quase que exclusivamente para seus parceiros e mercado consumido externo.

Com a chegada do governo Lula, e o surgimento do **Programa de Aceleração do Crescimento** (PAC) (BRASIL, 2008), a multinacional é novamente beneficiada com melhores acessos aos portos de Pecém (CE) e de Suape (PE), melhor logística rodoviária com o processo de duplicação da BR-101 (Fig. 3) e com o programa de transposição do rio São Francisco que trás a garantia hídrica para o funcionamento de sua monocultura de banana nos municípios do Vale do Açu.

Figura 3. Previsão de investimentos em transportes do Programa de Aceleração do Crescimento na Região Nordeste (2007-2009) (BRASIL, 2008).

A multinacional *Del Monte Fresh Produce*, com todos esses incentivos, transforma o Vale do Açu e o Rio Grande do Norte no maior exportador do país de banana (Fig. 4), gera mais de 4 mil empregos no Vale com sua monocultura de banana.

Mas, mesmo com tudo isso, o Vale do Açu, continua tendo os piores índices de desenvolvimento humano do país. Por isso, o mesmo Vale que é considerado exemplo pelas estatísticas e pelo agronegócio, se mostra uma microrregião extremamente pobre em desenvolvimento, por isso fazendo parte de dois programas governamentais atuais voltados as microrregiões com os menores índices de desenvolvimento humano do país, seguindo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR implantada em 2007 pelo Governo Lula. Segundo Porto (2006, p.102), "...o maior objetivo do PNDR é

reverter as desigualdades regionais mediante exploração das potencialidades endógenas da diversidade ambiental, socioeconômica e cultural brasileira." Para chegar a isso, o PNDR (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008) tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais e se utiliza da escala Microrregional, de acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A metodologia do PNDR está baseada em duas variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios, pensões, etc.) e;

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

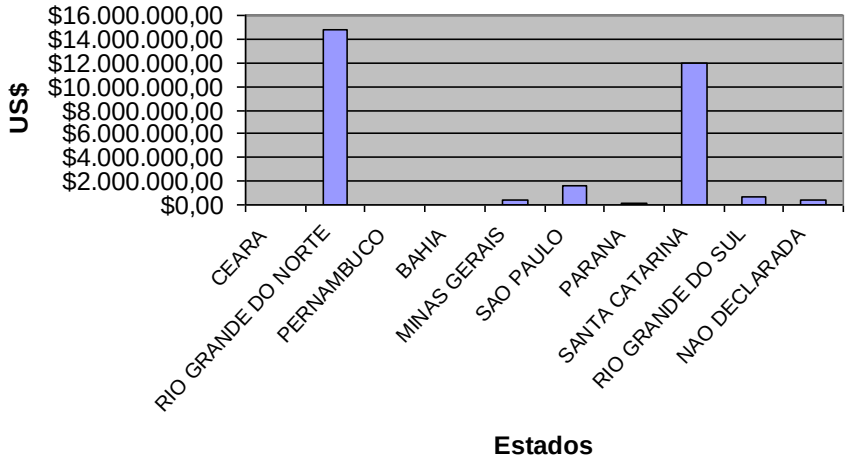

Figura 4. Exportação de Bananas no Brasil (2003) por Estados Exportadores. Fonte: SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (2005).

No final, usando essa metodologia com o cruzamento das duas variáveis resultou em quatro situações "idealtípicas" descritas da seguinte forma:

Grupo 1: Microrregiões de ALTA RENDA – compreendendo Microrregiões (MRGs) com alto rendimento domiciliar por habitante, independentes do dinamismo observado que se encontram predominantemente nas Regiões Sul e Sudeste e também no Centro Oeste.

Grupo 2: Microrregiões DINÂMICAS – MRGs com rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa. Elas possuem presença rarefeita nas regiões Sul e Sudeste e são mais freqüentes no Centro-Oeste e Nordeste, onde cobrem vastas extensões territoriais.

Grupo 3: Microrregiões ESTAGNADAS - MRGs com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico. Em geral refletem dinamismo em períodos passados e possuem, em muitos casos, estrutura socioeconômica e capital social consideráveis. A sua espacialização mostra uma dispersão por todo território nacional, embora predominem nas regiões Sul e Sudeste, com importante presença em parte do Centro-Oeste.

Grupo 4: Microrregiões de BAIXA RENDA - MRGs com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo. Concentradas no Norte e Nordeste combinam situações de pobreza e debilidade da base econômica regional.

Com base na classificação acima, o PNDR define como prioritárias as Microrregiões dos Grupos 2, 3 e 4, que devem ser territórios preferenciais para as políticas setoriais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL, 2008).

O programa **CONVIVER**[4] do Ministério da Integração Nacional, inclusive incluiu o Vale do Açu como uma das nove sub-regiões prioritárias, considerada a mais prioritária do Rio Grande do Norte; Já o "**Programa Territórios da Cidadania**[5]" do Ministério do Desenvolvimento Agrário também tem essa região como prioritária para o desenvolvimento das ações do programa.

Além da participação do Vale do Açu na lógica globalizada pela chegada da *Del Monte Fresh Produce* na década de 1990 e a atuação de várias políticas públicas no sentido de colaborar para essa lógica, nota-se também a emergência de políticas voltadas em parte para a pequena produção agrícola já nessa década, com a emergência do perímetro de irrigação público do Baixo-Açu coordenado pelo governo estadual (NUNES, ORTEGA & GODEIRO, 2007).

Esse perímetro, que se concentra em dois municípios onde não estão localizadas as fazendas da multinacional *Del Monte Fresh Produce*, são eles, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra. O mesmo foi implantado em duas etapas:

[4] **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER –** Tem como objetivo reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas. O público-alvo do Programa é composto por cerca de 22 milhões de pessoas residentes nos 1.133 municípios do Semi-Árido nordestino; Uma das 9 sub-regiões prioritárias é o Vale do Açu-RN (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008a).

[5] **Territórios da Cidadania** – Tem como objetivo a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Até 2010 o Programa alcançará 120 Territórios Rurais (aproximadamente 1.800 municípios ou 40% do total de municípios rurais do país); Os municípios mais pobres, com mais baixos índices de IDH e enquadrados também na política do PNDR, como de baixo dinamismo econômico. O território de Açu-Mossoró é enquadrado como um dos territórios (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2008).

1ª etapa – Se localiza no Alto do Rodrigues, com 3.000ha e foi entregue no ano de 1996 (Tab. 5);

2ª etapa – Se localiza em Afonso Bezerra, com 3.000ha e foi concluída no ano de 2000.

Vale ressaltar que não existem informações sobre a exploração da Segunda Etapa, devido à falta de recursos do Governo Estadual em viabilizar todas as infra-estruturas necessárias. Já a primeira etapa funciona de forma precária, com o direcionamento do aparato estatal para os empresários assentados no perímetro. Foi criada a Associação do Distrito de Irrigação do Baixo-Açu (Diba) com a finalidade de coordenar as ações de operacionalização da estrutura física de uso comum do Baixo-Açu. A mesma inibiu a participação dos agricultures familiares nas decisões de condução do Projeto. Esses mesmos agricultores familiares, junto com os Microempresários e os técnicos agrícolas, até 2002 não haviam recebido crédito oficial do BNB, única instituição que atuou na liberação de crédito para os beneficiários do projeto Baixo-Açu (NUNES, ORTEGA & GODEIRO, 2007).

Tabela 5. Planejamento Físico da 1ª Etapa. Fonte: Nunes, Ortega & Godeiro (2007).

MÓDULO (ha)	**NÚMERO DE LOTES**	**ÁREA TOTAL** (ha)	**CATEGORIA**
8,16	75	612,0	Microempresário
8,16	86	701,7	Agricultor Familiar
16,32	6	97,9	Técnico Agrícola
16,32	8	130,6	Engenheiro Agrônomo
49,40	1	49,4	Emparn (Pesquisa)
100 (EM MÉDIA)	10	1.037,4	Empresário
TOTAL	**186**	**2.629**	-

Nos últimos cinco anos, se observa também na região no Vale do Açu, a emergência de uma política pública voltada para a pequena agricultura familiar. Essa política pública pode ser notada através dos dados dos cartórios da região, que nos últimos anos registram um aumento significativo de compra de terras por associações de pequenos agricultores, através do **Programa Nacional de Credito Fundiário** do Ministério do Desenvolvimento Agrário (CREDITO FUNDIÁRIO, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos ressaltando que as políticas públicas implantadas no Vale do Açu ao longo do tempo incrementaram as vantagens locacionais e atraíram grandes grupos para a produção de frutas para o mercado global. Esse processo se intensificou na década de 1980 com a construção da Barragem de Açu (garantia hídrica para os investimentos em fruticultura irrigada) e teve seu desfecho com a entrada da multinacional *Del Monte Fresh Produce*. Ultimamente as políticas públicas implantadas no Vale visam facilitar a logística de comercialização mundial das frutas da multinacional, ao mesmo tempo se nota tentativas por parte do governo de inserir a pequena agricultura no contexto das políticas públicas.

6. REFERÊNCIAS

ALBANO, G.P. **Globalização da Agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, M.C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. 2008. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2008.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. 2008a. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Documento%20Basico%20do%20Proj%20Polos%20de%20Desenv%20Integrado%20do%20NE.PDF>. Acesso em: 5 dez. 2008.

BRASIL, 2008. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/conheca/copy_of_infra_estrutura/nordeste/nordeste/pac_no5>. Acesso em: 5 dez. 2008.

CARVALHO, A.C.A.T. de. 2001. **Centralização de capital e espaço local: a produção de bananas no pólo de fruticultura potiguar**. 121p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dep. de Ciências Sociais, Natal, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CREDITO FUNDIÁRIO, 2008. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/principal/index>. Acesso em: 5 dez. 2008.

FERNANDES, A.A. **Autoritarismo e resistência no Baixo Açu**. Natal: CCHLA, 1992. (Humanas Letras e Vale do Açu).

MADELEY, J. **O comércio da fome**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/sumario.asp#sumario>. Acesso em: 5 dez. 2008.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2008a. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_conviver>. Acesso em: 5 dez. 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. 2008. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/publicacoes/evolucao_1.pdf. Acesso em: 5 dez. 2008.

NUNES, E.M.; ORTEGA, A.C.; GODEIRO, K.F. 2007. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n.3, p.446-465, jul./set.

PORTO, E. 2006. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.) **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. p. 83-113.

PINHEIRO, M. de A. 1995. O papel do Estado e os Atores Sociais na Política de Irrigação – o caso do Baixo-Açu no RN. In: ARANHA, T. de Q. (Org.).

Sesquicentenário da cidade do Assú 1845-1995. Natal: Departamento Estadual de Imprensa. pp. 133-156.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. 2005. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/ balComercial.php>. Acesso em 24 jun. 2005.

SHIVA, V. 2003. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia.

SILVA, A.G. da. 1992. **A Parceria na agricultura irrigada no Baixo Açu**. Natal: CCHLA.

SOUZA, H.R. de. 1997. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.4, p.499-517, out./dez.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2008. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community. Acesso em: 5 dez. 2008.

VALENCIO, N.F. 1995. **Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura do semi-árido**. Natal: Ed. Universitária UFRN, (Coleção Vale do Açu, v. 8).

VALVERDE, O.; MESQUITA, M. 1961. Geografia Agrária do Baixo Açu. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 23, n. 3, p. 455-494.